



## APRESENTAÇÃO

Prezadas e prezados leitores

Apresentamos este número, reafirmando nosso engajamento na defesa da Política de Saúde Mental e Atenção Psicossocial no Brasil - um compromisso com a ética e a ciência. - com colaboração de autores de variados grupos de pesquisa e serviços de saúde do Brasil. A edição conta com oito artigos originais, três narrativas em primeira pessoa de experiências na rede de atenção psicossocial e o Caderno de Cultura e Arte, com nove obras de pessoas vinculadas a serviços e intervenções de saúde mental. Esse número representa a continuidade de uma frutífera colaboração e um desdobramento das ações da Frente Ampliada Nacional em Defesa da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial (FASM), criada em 2020, acrescentando novas publicações dentro do escopo anteriormente abordado no número temático sobre o mesmo assunto publicado em 2021.

Os relatos que compõem o Caderno de Narrativas apontam para a importância do acolhimento e da criação artística e artesanal (música, costura) na vivência dos autores, ao passo que o Caderno de Cultura e Arte traz obras que evocam diferentes sensações no público, algumas delas complementadas pela contextualização da obra e da trajetória do autor.

O conjunto de produções científicas do presente número procura analisar o estado atual da Política de Saúde Mental do Brasil, apontando as fragilidades e retrocessos nas atuais propostas encampadas pelo Ministério da Saúde. Os artigos também buscam destacar experiências valorosas de diferentes pontos da RAPS, com reflexões que deveriam auxiliar no balizamento da atenção psicossocial atual no Brasil na direção do fomento à autonomia, cidadania e qualidade de vida. Todavia, o que se observa no cenário atual é um grave retrocesso na política de saúde mental. O artigo “*A volta dos manicômios: reflexões acerca da nota técnica n. 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MSN*”, de Medeiros e Miguel, destaca as fragilidades dessa normativa reorientadora da Rede de Atenção Psicossocial, tanto em relação a problemas em seu conteúdo (incentivo indevido e pouco fundamentado ao eletrochoque

e à internação psiquiátrica, inclusive de crianças e adolescentes, dentre outros), como à sua forma de produção, que fugiu ao debate público com a sociedade civil.

Conclusões semelhantes são apresentadas acerca da “nova” Política Nacional sobre Drogas (PNAD), no artigo *“Museu de grandes novidades”: a nova-velha política antidrogas no Brasil*, de Pedro Henrique da Costa. A análise dos instrumentos normativos e orientadores da atual PNAD revela que tal política também retrocede, ao promover formas moralistas e antiquadas de compreensão e intervenção acerca das pessoas que fazem uso problemático de drogas, na contramão dos avanços previamente alcançados a partir das Reformas Sanitária e Psiquiátrica no Brasil. O tema continua em análise no artigo *“Atenção ao uso problemático de drogas: tensões, disputas de poder e as concepções de evidência”*, de Isabella de Almeida e colaboradores, que associam tais retrocessos a uma concepção limitante de evidência científica adotada pelos formuladores das políticas de drogas, localizando tal processo em uma “Contrarreforma Psiquiátrica” em curso, que desconsidera a implicação ética das práticas de saúde.

Após a discussão da conjuntura geral da Política Nacional de Saúde Mental e Política Nacional sobre Drogas, trazemos estudos que apontam potenciais e desafios das redes locais. Bárbara Cabral e colaboradoras, no artigo *“Reforma psiquiátrica no semiárido nordestino: a produção do cuidado a partir de encontros com usuários-guia”*, apresentam experiências exitosas de usuários a partir da RAPS no interior do nordeste, contrapondo as vivências prévias dessas pessoas de práticas coercitivas e tutelares, com experiências mais recentes de acolhimento, autonomia e desenvolvimento humano desenvolvidas nos serviços da rede substitutiva. Já o artigo *“Gestão da política de saúde mental no cotidiano: contribuições da análise da rede de Santos”* apresenta um estudo empírico de Fernanda Braga e Luciana Surjus, que evidencia a forma como os variados espaços da gestão local de saúde mental estão atravessados por tensões que fragilizam seu papel na sustentação do modelo antimanicomial, evidenciando uma necessidade estratégica de fortalecer a formulação, planejamento e avaliação de ações como ferramentas essenciais para o fortalecimento e efetividade da atenção psicossocial.

Em seguida, somos apresentados a um conjunto de experiências exitosas em componentes e princípios da atenção psicossocial que têm sido desvalorizados na atual tentativa de desconfiguração da política de saúde Mental: a desinstitucionalização, a geração de trabalho e renda e o acolhimento. O artigo *“O tempo não para: a desinstitucionalização em tempos de pandemia”*, de Telma de Melo e colaboradoras, apresenta ações proteção a autonomia e vivência residencial/comunitária de pessoas com transtorno mental grave no período desafiador que foi (e ainda é) a pandemia de COVID-19. Já o texto de Elisa Zaneratto Rosa e colaboradoras, intitulado *“Uma*

*experiência de formação em saúde mental e economia solidária: potencializando projetos e redes*”, explora um curso voltado a trabalhadores de dispositivos de geração de trabalho e renda, que permitiu simultaneamente o aumento da competência técnica dos participantes, a ativação de agentes multiplicadores e o fortalecimento de redes locais de economia solidária.

Por fim, o artigo “*Atenção à crise no campo da saúde mental: o acolhimento como dispositivo clínico*”, de autoria de Volnei Dassoler e Analice Palombini desloca a discussão da crise, comumente referenciada a experiência de pessoas com transtorno mental grave, para a abordagem a situações de urgência psicológica que não são definidas pelo diagnóstico, mas pelas exigências do modo de vida contemporâneo. Com isso, indicam ao mesmo tempo o quanto o risco de medicalização social não está restrito ao transtorno mental grave, e o quanto é importante garantir espaços na RAPS para o acolhimento dessas demandas, que frequentemente são desviadas dos CAPS para um espaço indefinido da rede de serviços.

O vislumbre dessa pequena amostra das ricas experiências que ocorrem nas RAPS do Brasil, mostra o quanto tais componentes deveriam ser o carro-chefe do desenvolvimento da Atenção Psicossocial, utilizadas para balizar um desenvolvimento real e implicado da atenção em saúde mental, em vez da desconsideração e invisibilização que têm sofrido na atual política nacional.

Editores convidados

*Carlos Eduardo Menezes Amaral, UNIVASF*

*Éllen Cristina Ricci, UFPel*

*Maria Carolina da Costa Pinheiro, SES-RS*